
A voz do Sul Global

The Voice of the Global South

La voz del Sur Global¹

Regina Ungerer e Erica Kastrup

Resumo: Este informe analisa os principais movimentos e iniciativas das instituições representativas do Sul Global, Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), G-77 e a China, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e o Centro Sul, no período entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Esse conjunto de instituições e a análise do perfil de sua atuação expressam as vozes, prioridades e estratégias dos países em desenvolvimento no sistema internacional. Nesse ecossistema de governança global, o informe também apresenta a atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul, com destaque para o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), bem como a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como instituição estratégica do Estado brasileiro e ator relevante da diplomacia da saúde.

Palavras Chave: Acordo de Pandemias, PABSul global; Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *This report analyses the key movements and initiatives of the institutions representing the Global South, the United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC), the G-77 and China, the Non-Aligned Movement (NAM), and the South Centre, during the period between December 2025 and January 2026. This set of institutions and the analysis of their actions express the voices, priorities, and strategies of developing countries within the international system. Within this global governance ecosystem, the report also presents Brazil's performance in South-South cooperation, highlighting the role of the Brazilian Cooperation Agency (ABC), as well as the contribution of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) as a strategic institution of the Brazilian State and a relevant actor in health diplomacy.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *Este informe analiza los principales movimientos e iniciativas de las instituciones representativas del Sur Global, la Oficina de las Naciones Unidas para la Cooperación Sur-Sur (UNOSSC), el G-77 y China, el Movimiento de Países No Alineados (MNA) y el Centro Sur, en el período comprendido entre diciembre de 2025 y enero de 2026. Este conjunto de instituciones*

1. Nota metodológica: O presente trabalho contou com o apoio de ferramentas digitais de assistência à redação e organização textual. A pesquisa, a seleção das fontes, as análises e as interpretações apresentadas são de inteira responsabilidade das autoras.

y el análisis del perfil de su actuación expresan las voces, prioridades y estrategias de los países en desarrollo en el sistema internacional. En este ecosistema de gobernanza global, el informe también presenta la actuación de Brasil en la cooperación Sur-Sur, destacando el papel de la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC), así como la contribución de la Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz) como institución estratégica del Estado brasileño y actor relevante de la diplomacia de la salud.

Palabras clave: Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.

Introdução

Este informe examina a atuação de instituições centrais para a articulação política e estratégica do Sul Global, como o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o G-77 e a China, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), e o Centro Sul, conhecidos como espaços privilegiados de expressão das prioridades, demandas e posições dos países em desenvolvimento (Sul Global) no sistema internacional.

Esta análise permite identificar agendas convergentes em torno de temas como desenvolvimento, equidade, reforma da governança global e cooperação Sul-Sul, cujos desdobramentos devem ser compreendidos à luz de dinâmicas geopolíticas mais amplas, incluindo a intensificação de disputas entre grandes potências, crises humanitárias persistentes e transformações nos regimes multilaterais.

A análise do Sul Global deve considerar o cenário geopolítico atual, marcado por desigualdades estruturais, pela ascensão da extrema direita, por conflitos armados e pela crise do multilateralismo. Esse panorama é fundamental para compreender as dinâmicas da saúde global e da diplomacia da saúde.

Considera-se também a atuação do Brasil e da Fiocruz, cujo alinhamento à agenda do Sul Global é uma estratégia central da política externa nacional.

Neste primeiro número de 2026, dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, as autoras realizaram um exercício analítico de projeção para 2026, buscando antecipar tendências, desafios e oportunidades que deverão moldar a agenda internacional do Sul Global no campo da saúde e da cooperação internacional.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. Atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Perspectivas do UNOSSC para 2026

O ano de 2026 marcará uma inflexão estratégica para o UNOSSC, com a implementação de seu novo Quadro Estratégico 2026–2029. O UNOSSC buscará se consolidar como um catalisador de inovação, priorizando a transformação digital, o fortalecimento da autossuficiência do Sul Global e a construção de uma ampla aliança multisetorial capaz de redefinir os paradigmas tradicionais da cooperação internacional. Para isso, o Escritório passará por um realinhamento institucional, concentrando suas ações em quatro capacidades centrais: convocação global, gestão estratégica, liderança de pensamento e financiamento catalisador.

Entre as prioridades operacionais estarão a integração digital e a governança da inteligência artificial, sendo que o objetivo central do UNOSSC será construir uma aliança de múltiplas partes interessadas, que possa contribuir para mudanças no paradigma da cooperação. Em nível nacional, o UNOSSC deverá apoiar Equipes de País da ONU na incorporação da Cooperação Sul-Sul em seus ciclos de planejamento do desenvolvimento.

Um marco central de 2026 será a consolidação da iniciativa Reset de Accra. Lançada pelo presidente de Gana oficialmente no final de 2025 e consolidada em janeiro de 2026, com o objetivo de reformar a forma como o desenvolvimento, a saúde e o financiamento ocorrem no Sul Global. A iniciativa propõe um rompimento com o modelo tradicional de “ajuda externa” e dependência de doadores do Norte, com 4 pilares centrais.

1. O Fim da “Tripla Dependência”
2. A Saúde como “Prova de Conceito”
3. Financiamento e o “Clube de Accra”
4. Estrutura de Governança

Adotado pelo UNOSSC como pilar de seu novo Quadro Estratégico, o Reset de Accra propõe o enfrentamento da “tripla dependência” (geopolítica, financeira e produtiva); a saúde como área prioritária de soberania, com ênfase na produção local de vacinas e medicamentos; a criação de novos mecanismos de financiamento, incluindo a repatriação de capitais e o chamado “Clube de Accra”; e uma estrutura de governança robusta, com secretariado, conselho presidencial e um círculo de lideranças experientes.

Para a ONU, o Reset de Accra representa uma aplicação concreta da Cooperação Sul-Sul como instrumento de negociação em condições mais equitativas no sistema internacional com o objetivo de reformar a forma como o desenvolvimento, a saúde e o financiamento ocorrem no Sul Global.

Ao longo de 2026, o UNOSSC participará e organizará diversos fóruns estratégicos, como o Fórum do ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento, o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Fórum Político de Alto Nível sobre os ODS, a Assembleia Geral da ONU e a COP31, além de eventos temáticos sobre inteligência artificial, cooperação hídrica e financiamento climático.

Na América Latina e no Caribe, o UNOSSC concentrará esforços em transformar o potencial dos recursos naturais em desenvolvimento sustentável, fortalecer a integração digital e promover o chamado “regionalismo funcional”, no qual a Cooperação Sul-Sul assume caráter operacional. As prioridades incluem a transição energética e os minerais críticos (com destaque para o Triângulo do Lítio), a segurança alimentar e adaptação climática da agricultura familiar, a redução das desigualdades e a governança regional da inteligência artificial. A região é vista

como estratégica em 2026, em função de seu papel na transição energética global e da liderança do Uruguai no G-77 e no Mercosul.

Nesse cenário, o Brasil mantém papel central como hub regional de conhecimento, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com expectativa de liderança em projetos de cooperação triangular, especialmente nas áreas de saúde e segurança alimentar, atuando como ponte entre o UNOSSC e os países da região.

É importante ainda ressaltar a possibilidade do protagonismo da Fiocruz na cooperação em saúde no Sul global dado que uma agenda central para o Reset de Accra tem como um dos eixos centrais promover a soberania sanitária no Sul global por meio da produção local de medicamentos e vacinas.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD), Nairóbi (UNEP), Paris (UNESCO), Roma (FAO/IFAD), Viena (UNIDO) e Washington (G-24).

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Prioridades políticas, disputas estruturais e o Uruguai na presidência

Prioridades políticas, disputas estruturais e o Uruguai na presidência

O conjunto de declarações proferidas entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026 pelo G-77 e a China refletiram o posicionamento do Grupo diante de um sistema internacional marcado por crises simultâneas e sobrepostas, crises econômicas, climáticas, geopolíticas e institucionais. Sob a transição da presidência do Iraque (2025) para o Uruguai (2026), o Grupo reafirmou seus princípios fundamentais, tendo o desenvolvimento como eixo fundamental da ação multilateral e posicionando-se de forma crítica frente aos processos de reforma da ONU, à arquitetura financeira internacional e à governança das novas tecnologias.

2. UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
3. UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
4. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
5. FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
6. UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
7. G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Ao longo das diferentes instâncias, AGNU, ECOSOC, comissões técnicas e conselhos executivos, o G-77 e a China reiteraram e continuarão a fazê-lo, destacando que os déficits estruturais enfrentados pelos países em desenvolvimento não decorrem de falhas internas isoladas, mas de assimetrias persistentes no acesso a financiamento, tecnologia, dados e poder decisório. Nesse contexto, o ano de 2026 foi apresentado como um momento decisivo para redefinir as bases do multilateralismo, evitando que reformas administrativas e narrativas de eficiência obscureçam o mandato central da ONU que é promover desenvolvimento sustentável, justiça social e dignidade humana.

Perspectivas do Grupo nos mais diversos espaços de diálogo nas relações internacionais:

Desenvolvimento como prioridade política: uma resposta às crises interconectadas

Em praticamente todas as declarações do G-77 e a China, o grupo afirmou que o desenvolvimento não pode ser tratado como um tema residual ou técnico dentro da ONU. Pelo contrário, deve ser tomado como condição necessária para a paz, a estabilidade global e a prevenção de conflitos. A persistência da pobreza multidimensional, da fome, do endividamento crescente e das desigualdades internas e internacionais foram apontadas como evidência de que os compromissos assumidos desde o Consenso de Copenhague (1995) até a Cúpula de Doha (2025) ainda não se traduziram em resultados concretos.

O Grupo vem demonstrando preocupação com o progressivo distanciamento das metas da Agenda 2030, alertando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se tornam inalcançáveis sem meios reais de implementação. A crítica central recai sobre a insuficiência de financiamento previsível, a retração dos recursos centrais das agências da ONU e a falta de transferência efetiva de tecnologia. Nesse sentido, o G-77 rejeita narrativas que responsabilizam exclusivamente os países em desenvolvimento pelos atrasos na Agenda 2030, destacando o impacto das crises financeiras globais, das sanções unilaterais e das assimetrias comerciais.

Reforma da ONU e a iniciativa ONU80: cautela, soberania e liderança intergovernamental

A iniciativa ONU80 ocupa lugar central no posicionamento do G-77 e da China. Embora o Grupo reconheça a necessidade de modernizar as Nações Unidas para torná-la mais eficiente e responsiva, há uma preocupação constante de que reformas administrativas sejam utilizadas para concentrar poder no secretariado, enfraquecer mandatos de desenvolvimento ou reduzir a centralidade dos Estados-membros.

As declarações do Grupo deixam claro que qualquer processo de simplificação institucional deve ser conduzido de forma transparente, com base em dados, análises de custo-benefício e consentimento unânime. O Grupo tem demonstrado ceticismo quanto à criação de novos grupos de trabalho e mecanismos paralelos que possam gerar duplicação de funções ou excluir delegações menores. Termos vagos como “flexibilidade” e “padronização” foram duramente criticados por seu potencial de erosão da soberania nacional.

No debate sobre a possível fusão entre o PNUD e o UNOPS, o G-77 defendeu uma abordagem cautelosa, liderada pelos Estados-membros, que preserve os mandatos específicos e não comprometa a entrega de resultados em campo. A queda crônica dos recursos básicos (core resources) foi apontada como um dos maiores riscos à eficácia do sistema de desenvolvimento da ONU, reforçando o argumento de que desenvolvimento deve ser tratado como investimento estratégico, e não como custo orçamentário.

Arquitetura financeira internacional: dívida, financiamento e justiça econômica

A reforma da arquitetura financeira internacional tem sido um dos eixos mais consistentes do discurso do G-77 e da China. O Grupo denuncia a inadequação das atuais estruturas do FMI, Banco Mundial e bancos multilaterais de desenvolvimento para responder às necessidades do Sul Global, especialmente de países de renda média em transição. A dependência excessiva do PIB como critério de elegibilidade tem sido criticada por invisibilizar vulnerabilidades sociais, climáticas e estruturais.

Entre as demandas recorrentes em sua agenda estão o aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), a ampliação do financiamento concessional de longo prazo, a realocação de Direitos Especiais de Saque (SDRs) e a criação de mecanismos mais justos de reestruturação da dívida soberana. O Grupo também alertou para os impactos negativos das medidas coercitivas unilaterais, classificadas como ilegais e incompatíveis com o direito ao desenvolvimento.

No âmbito orçamentário da ONU, o G-77 tem demonstrado uma atuação coesa no 5º Comitê, destacando conquistas como a manutenção de recursos para a UNRWA e a defesa do financiamento estável para tribunais internacionais, como os casos de Serra Leoa e Camboja. Essas posições reforçam a visão de que a justiça internacional e a memória histórica são bens públicos globais que não podem depender exclusivamente de contribuições voluntárias.

Tecnologia, dados e inteligência artificial: entre oportunidade e risco de exclusão

transformação digital e a governança da inteligência artificial aparecem como um novo campo de conflito. O G-77 e a China reconhecem o potencial das tecnologias emergentes, como IA, big data e computação em nuvem, para acelerar a transformação estrutural, melhorar sistemas de saúde e educação e apoiar o cumprimento dos ODS. No entanto, frequentemente alertam que, sem governança inclusiva, essas tecnologias podem aprofundar o fosso digital e reproduzir desigualdades históricas.

As declarações enfatizam a enorme disparidade de capacidades técnicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no uso de ferramentas avançadas de análise de dados e fiscalização financeira. O Grupo defende, sempre, investimentos sustentados em capacitação, transferência de tecnologia e perícia digital, acompanhados de salvaguardas que garantam soberania de dados, devido processo legal e proteção contra usos indevidos.

No campo da integridade financeira, o uso de dados e IA é visto como essencial para combater fluxos financeiros ilícitos, corrupção e evasão fiscal, desde que haja coordenação efetiva entre autoridades nacionais e cooperação internacional simplificada. O objetivo final dessas capacidades deve ser a recuperação e repatriação de ativos ilícitos, e não o fortalecimento de mecanismos assimétricos de vigilância global.

Saúde, proteção social e justiça social como fundamentos do desenvolvimento

As declarações do Grupo relativas à Comissão para o Desenvolvimento Social e à reunião de alto nível sobre Doenças Não Transmissíveis (DNTs) reforçaram a centralidade da saúde e da proteção social na agenda do G-77. O Grupo lamentou a exclusão, em documentos finais, de referências ao acesso irrestrito a insumos de saúde, à equidade tecnológica e ao financiamento adequado, lacunas associadas às experiências traumáticas da pandemia de Covid-19.

A justiça social tem sido considerada como inseparável do desenvolvimento sustentável. O combate ao racismo, à discriminação, à desigualdade de gênero e à exclusão de populações vulnerabilizadas tem sido tratado não apenas como questão moral, mas como estratégia de crescimento econômico e estabilidade social. A cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular tem sido reiterada como instrumento indispensável para cumprir a promessa de “não deixar ninguém para trás”.

A transição de liderança: continuidade estratégica entre Iraque e Uruguai

A comparação entre as presidências do Iraque (2025) e do Uruguai (2026) revela continuidades e especificidades de cada país no exercício da liderança. Ambos os países compartilham a visão de que a coesão do Sul Global é condição necessária para enfrentar um sistema internacional em crise.

Enquanto o Iraque enfatizou a mobilização de recursos, o combate a fluxos ilícitos e a consolidação da Agenda 2030, o Uruguai deverá ampliar essa agenda ao questionar métricas tradicionais de desenvolvimento e propor novas abordagens para países de renda média.

A transição é descrita como fluida, com manutenção dos princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, do multilateralismo inclusivo e da apropriação nacional dos

8. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU
9. Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA)
10. A menção refere-se à defesa de financiamento previsível e estável para tribunais internacionais com modelos híbridos ou ad hoc, como o Tribunal Especial para Serra Leoa, que julgou crimes cometidos durante a guerra civil (1991-2002), e as Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja (ECCC), responsáveis por julgar os crimes do regime do Khmer Vermelho. Em ambos os casos, a dependência de contribuições voluntárias gerou instabilidade financeira, afetando a continuidade e a eficiência dos trabalhos judiciais.

processos de desenvolvimento. A tecnologia será uma área de continuidade e aprofundamento, passando de um tema emergente em 2025 para prioridade estratégica em 2026.

O Uruguai em 2026

Ao assumir simultaneamente a presidência do G-77 + China e do MERCOSUL, o Uruguai ocupará uma posição singular de articulação entre agendas regionais e globais. Sua tradição diplomática, marcada por pragmatismo, estabilidade institucional e respeito ao direito internacional, sustenta a ambição de atuar como mediador técnico em um cenário de polarização entre grandes potências.

O país se propõe a liderar uma agenda de “desenvolvimento em transição”, defendendo indicadores que vão além do PIB e políticas que reconheçam vulnerabilidades multidimensionais. Entre os projetos emblemáticos estão a promoção de títulos soberanos atrelados a metas ambientais, a liderança em energias renováveis e hidrogênio verde, a governança responsável da inteligência artificial e a cooperação em gestão de recursos hídricos.

Ao equilibrar aproximação com a China e manutenção de padrões ocidentais, o Uruguai buscará demonstrar que é possível transformar soft power em resultados concretos.

Sua presidência pretende converter a retórica política em acordos de cooperação técnica e financeira que fortaleçam a autonomia do Sul Global, preservando a ONU como o fórum central para soluções multilaterais no século XXI.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O Movimento dos Países Não Alinhados, criado em 1961, constitui a maior coligação de Estados após as Nações Unidas, reunindo atualmente 121 países membros, além de Estados e organizações com status de observador. Seu trabalho é coordenado a partir da ONU, por meio do Gabinete de Coordenação e de grupos de trabalho temáticos. Entre 2024 e 2027, a presidência pro tempore do Movimento é exercida por Uganda, sob a liderança do presidente Yoweri Museveni, cuja representação junto às Nações Unidas atua em nome da presidência do MNA.

Em 2026, as perspectivas do MNA deverão ser fortemente influenciadas pela continuidade da liderança de Uganda, em um contexto marcado pela reeleição do presidente Yoweri Museveni para um sétimo mandato. Essa continuidade assegura estabilidade institucional e a manutenção das prioridades definidas desde 2024, especialmente nas áreas de saúde global, ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo, o processo eleitoral no país, tem sido fortemente criticado por restrições à oposição e à liberdade de expressão. Isso impõe desafios de legitimidade que poderá gerar tensões diplomáticas com alguns membros e com países do Norte Global.

Sob a presidência de Uganda, o MNA tende a reforçar uma postura de “não alinhamento ativo”, buscando preservar a autonomia estratégica do Sul Global diante da intensificação das rivalidades entre grandes potências.

Em 2026, o Movimento deverá manter sua atuação em defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU, criticar a seletividade na aplicação do direito internacional em conflitos como Gaza e Ucrânia e promover a redução da dependência do dólar, por meio do fortalecimento do comércio e dos mecanismos financeiros Sul-Sul.

Entre as pautas prioritárias do MNA para 2026 se destacam a reestruturação da dívida externa dos países em desenvolvimento, o enfrentamento das crises humanitárias, com ênfase na responsabilidade compartilhada pelo financiamento da assistência a refugiados e a diplomacia da saúde. Em relação a este tema, o MNA, em articulação com o Centro Sul, deverá atuar na Assembleia Mundial da Saúde para defender a inclusão de mecanismos obrigatórios de compartilhamento de tecnologias no Tratado de Pandemias.

Adicionalmente, o MNA buscará evitar que a competição tecnológica entre Estados Unidos e China force alinhamentos políticos, promovendo a transferência de tecnologias estratégicas, como inteligência artificial, sem condicionantes geopolíticos.

Já o **Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**, criado em 2021, deverá se consolidar em 2026 como uma plataforma representativa dos jovens do Sul Global. Fortalecidos pelos desdobramentos da Cúpula de Kampala (2024) e pelas discussões sobre a reforma do sistema multilateral, o NAMYO busca superar o papel meramente consultivo e tornar-se um ator operacional, com foco na soberania tecnológica, na justiça climática e na ampliação da participação jovem nos processos decisórios da ONU.

Seu principal desafio será manter a coesão interna diante da crescente polarização internacional, afirmando-se como uma alternativa jovem à lógica da Nova Guerra Fria, orientada pela dignidade humana, pelo desenvolvimento equitativo e pela cooperação Sul-Sul.

O Centro Sul: produção e perspectivas para 2026

O Centro Sul é uma organização intergovernamental composta por países em desenvolvimento, criada em 1995 e sediada em Genebra, que atua como um think tank de reflexão estratégica e ação política em prol dos interesses do Sul Global. O Centro Sul é o sucessor direto da Comissão do Sul e tem como missão central fortalecer a cooperação Sul-Sul, apoiar a formulação de políticas públicas e ampliar a capacidade dos países em desenvolvimento de participarem de forma qualificada e coordenada nos principais processos de negociação internacional relacionados ao desenvolvimento sustentável e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao longo de seus 30 anos de existência, celebrados em 2025, o Centro Sul consolidou-se como um espaço técnico-político de produção de conhecimento aplicado, assistência técnica e capacitação, promovendo a unidade política do Sul Global sem desconsiderar a diversidade de interesses, níveis de desenvolvimento e prioridades nacionais de seus membros. Sua atuação combina pesquisa orientada a políticas públicas, apoio direto a negociadores, produção de análises jurídicas e econômicas e articulação entre países em desenvolvimento em fóruns multilaterais centrais.

Temas tratados pelo Centro Sul no período.

Biodiversidade, Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios

No âmbito da série comemorativa do seu 30º aniversário, o Centro Sul destacou seu papel histórico no apoio à construção de regras multilaterais voltadas ao compartilhamento justo e equitativo dos benefícios derivados do uso da biodiversidade e da diversidade genética, tema abordado por Viviana Muñoz Téllez na publicação 30 anos apoiando o avanço de regras multi-

laterais para o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização da diversidade biológica. Para saber mais, [clique aqui](#).

O documento aponta que sob instrumentos como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (ITPGRFA) e o recente Acordo BBNJ sobre biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, os países assumiram compromissos de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios associados aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

Como um ator relevante nessa temática, o Centro Sul apoia os países em desenvolvimento na defesa de seus interesses comuns no que se refere a esses regimes, promovendo coerência entre negociações conduzidas em fóruns distintos, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Mundial do Comércio (OMC), e contribuindo para evitar assimetrias regulatórias que fragilizem a soberania dos países do Sul sobre seus recursos naturais e genéticos.

Acesso a Medicamentos, Propriedade Intelectual e Direitos Humanos

Outro eixo central da atuação do Centro Sul refere-se à interface entre direitos humanos, propriedade intelectual e acesso a medicamentos. Análise de Nirmalya Syam. Para saber mais, [clique aqui](#).

O artigo revisita quase duas décadas de resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o direito à saúde e o uso das flexibilidades do Acordo TRIPS. Uma conclusão da publicação é que, embora essas resoluções tenham consolidado o acesso a medicamentos como componente essencial do direito à saúde, seus impactos práticos têm sido limitados.

O estudo aponta que a natureza não vinculante das resoluções, somada a pressões políticas de países desenvolvidos, cláusulas restritivas de propriedade intelectual e limitações técnicas de produção local, impede avanços estruturais. Ademais, resoluções mais recentes acabam por reafirmar a proteção da propriedade intelectual, diluindo o apoio explícito ao uso das flexibilidades do TRIPS.

O Centro Sul defende, nesse contexto, mandatos mais robustos no âmbito da Revisão Periódica Universal, maior assistência técnica aos países em desenvolvimento e monitoramento sistemático da implementação das flexibilidades comerciais.

Equidade em Saúde e Governança Global

A equidade em saúde constitui outro pilar conceitual da agenda do Centro Sul. Sob essa temática, Carlos Correa analisa o crescente reconhecimento da equidade como princípio estruturante da governança global da saúde, ancorado no direito humano à saúde conforme o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O documento destaca resoluções da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e marcos normativos da OMS, apontando oportunidades e desafios para os países em desenvolvimento, especialmente no que se refere à promoção da saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos.

Esses debates ganham força em análises nacionais e regionais, como os estudos sobre o Sri Lanka, Angola e Brasil, que evidenciam tanto avanços históricos como sistemas universais e

políticas de atenção primária, quanto desafios persistentes relacionados ao subfinanciamento, desigualdades territoriais, migração de profissionais de saúde e impactos de crises econômicas.

Pandemias, Soberania Sanitária e Acesso a Patógenos

A diplomacia da saúde e a preparação para pandemias ocupam posição central na agenda recente do Centro Sul. Relatórios críticos analisam propostas como o Memorando de Entendimento do PEPFAR, alertando para riscos à soberania sanitária dos países africanos no contexto das negociações do sistema multilateral de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) no âmbito do futuro Acordo de Pandemias da OMS. Por meio do relatório intitulado [O Acordo Bilateral de Compartilhamento de Amostras dos EUA nos Memorandos de Entendimento Propostos do PEPFAR Deixaria os Países Africanos Mais Vulneráveis na Próxima Pandemia](#), o Centro Sul recomenda uma resposta regional coordenada e rejeita acordos bilaterais que fragilizem posições coletivas do Sul Global.

Nesse sentido, destaca-se a atuação conjunta do Grupo África e do Grupo pela Equidade, representando cerca de 80 países em desenvolvimento, que defendem um sistema PABS juridicamente vinculante, baseado em contratos padronizados que condicionem o acesso a patógenos e dados genéticos à repartição justa de benefícios, incluindo vacinas, diagnósticos e tecnologias.

Notícias do Sul

Esta seção reúne notícias, informes e relatos factuais recentes sobre eventos, decisões judiciais, processos de negociação e iniciativas relevantes para os países em desenvolvimento, acompanhados e analisados pelo Centro Sul. Diferentemente dos artigos analíticos e dos resumos de políticas, os textos a seguir têm caráter informativo, voltado ao acompanhamento da conjuntura internacional e dos principais debates multilaterais de interesse do Sul Global. Tais notícias estão aqui agregadas por temáticas.

Propriedade Intelectual, Economia Digital e Direitos Autorais

No campo da propriedade intelectual e da economia digital, o Centro Sul acompanha de perto os debates na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), como evidenciado na análise da 47ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Conexos. A sessão revelou tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto às prioridades da agenda, com o Sul Global, incluindo o Brasil, criticando a centralidade prolongada do tratado de radiodifusão em detrimento de temas emergentes, como inteligência artificial, remuneração digital e transparência no uso de conteúdos por IAs generativas.

O Centro Sul apoiou as abordagens que promovem maior equilíbrio no regime internacional de direitos autorais, defendendo instrumentos que garantam remuneração justa aos criadores do Sul Global, bem como limitações e exceções que facilitem o acesso à educação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural.

Judicialização da Saúde e Sustentabilidade dos Sistemas

A análise sobre a judicialização da saúde na Argentina ilustrou desafios comuns a diversos países em desenvolvimento. O aumento do número de decisões judiciais envolvendo tecnologias de alto custo e eficácia limitada tensiona a sustentabilidade dos sistemas de saúde, colocando em conflito direitos individuais, critérios de custo-efetividade, equidade de acesso e alocação racional de recursos. O Centro Sul contribuiu para esse debate ao promover abordagens interdisciplinares que conciliem as dimensões jurídica, clínica, econômica e bioética.

Resistência Antimicrobiana e Abordagem Uma Só Saúde

A resistência antimicrobiana (RAM) constitui outro eixo estratégico, com o Centro Sul apoiando campanhas de conscientização lideradas por organizações da sociedade civil na África e na Ásia, no âmbito da Semana Mundial de Conscientização sobre a RAM. As iniciativas adotaram a abordagem Uma Só Saúde (One Health), integrando saúde humana, animal e ambiental, e buscaram promover mudanças comportamentais em nível comunitário, alinhadas aos compromissos assumidos na Reunião de Alto Nível da ONU sobre RAM.

Considerações finais sobre as perspectivas estratégicas do Centro Sul para 2026

Para 2026, o Centro Sul inicia um novo Programa Temático Estratégico (2026–2028) estruturado em três pilares: soberania econômica, justiça climática e reforma da governança global. A diplomacia da saúde seguirá como área prioritária, com foco no Acordo de Pandemias, no sistema PABS e na implementação dos compromissos sobre resistência antimicrobiana. Paralelamente, o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul será aprofundado por meio da parceria renovada com o UNOSSC e do apoio técnico contínuo ao G-77 + China.

Na economia digital e na governança da inteligência artificial, o Centro Sul buscará evitar que os países em desenvolvimento se tornem meros exportadores de dados e importadores de tecnologia, defendendo o direito à industrialização digital, à transferência de tecnologia e à construção de capacidades endógenas.

Em síntese, o Centro Sul projeta para 2026 uma agenda marcada pela “resistência proativa”, voltada à formulação de novos modelos de desenvolvimento que reduzam a dependência estrutural do Norte Global e ampliem a autonomia política, econômica e tecnológica do Sul Global em um cenário internacional cada vez mais fragmentado e desigual.

O Brasil na Cooperação Sul-Sul

A cooperação internacional do Brasil com países do Sul Global é coordenada, em grande parte, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ABC é responsável pelo planejamento, coordenação, implementação e avaliação de iniciativas de cooperação técnica e humanitária, abrangendo setores estratégicos como saúde, agricultura, educação, justiça, segurança, recursos hídricos e desenvolvimento social. A cooperação brasileira caracteriza-se pela valorização de políticas públicas nacionais consideradas bem-sucedidas e pela resposta a demandas formalmente apresentadas pelos países parceiros, em consonância com as diretrizes da política externa do país.

Nesse ecossistema, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desempenha papel central como instituição estratégica de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde. A Fiocruz atua tanto por meio de projetos estruturados no âmbito da ABC quanto por meio de suas próprias parcerias internacionais, consolidando-se como um importante vetor da diplomacia da saúde brasileira e da cooperação Sul-Sul estruturante.

No plano bilateral, destacam-se iniciativas recentes com países africanos, latino-americanos e europeus. Em fevereiro de 2026, Brasil e Cabo Verde reforçaram sua cooperação por meio da assinatura de um programa integrado de cooperação técnica, voltado ao fortalecimento da capacidade institucional em regulação sanitária e propriedade intelectual, além da celebração de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

O encontro ministerial, entre os dois países, também abordou os preparativos para a 9ª Reunião Ministerial da ZOPACAS, reafirmando a importância do Atlântico Sul como espaço de cooperação e segurança.

ZOPACAS é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e é um fórum inter-regional criado em 1986, por iniciativa do Brasil e via resolução da ONU.

A 9ª Reunião Ministerial da ZOPACAS é um encontro de alto nível diplomático previsto para ser realizado no Brasil em 2026. Este evento reunirá representantes dos 24 países membros para discutir temas estratégicos de segurança, defesa e desenvolvimento no Atlântico Sul.

Destaque também do Brasil foi a cooperação brasileira com o Haiti com o lançamento em dezembro de 2025, de um documentário que marcou 15 anos de apoio ao fortalecimento do sistema de saúde haitiano, sob a lógica da Cooperação Sul-Sul. Coordenada pela ABC em parceria com o PNUD, a iniciativa evidenciou ações voltadas à formação de profissionais, fortalecimento da gestão e reconstrução de infraestrutura hospitalar, com participação ativa da Fiocruz desde 2010.

No âmbito da cooperação com parceiros tradicionais, Brasil e Portugal realizaram, em dezembro de 2025, a IV Reunião do Mecanismo Regular de Coordenação em Cooperação Internacional. O encontro consolidou agendas bilaterais e trilaterais em áreas como saúde, educação, inovação, igualdade de gênero, agricultura familiar, meio ambiente e digitalização, além de discutir possibilidades de atuação conjunta em terceiros países, no marco da CPLP e da SEGIB.

Fortalecida também a cooperação técnica e humanitária com países vizinhos. Entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, uma missão multidisciplinar brasileira esteve na Guiana para estruturar um novo programa de cooperação bilateral (2025–2027), envolvendo temas como telemedicina, capacitação policial, combate ao crime transnacional, defesa civil e agricultura sustentável. No mesmo período, o Brasil realizou a doação de insumos médicos à Venezuela, atendendo a solicitações para o fortalecimento do atendimento a pacientes renais e ampliando o apoio humanitário regional em saúde.

Na África Austral, o Brasil avançou na cooperação em cotonicultura familiar com a Zâmbia e o Zimbábue, por meio de capacitações técnicas, unidades demonstrativas e metodologias participativas de extensão rural. Essa agenda dá continuidade a iniciativas iniciadas no final dos anos 2000 com países do grupo Cotton-4, voltadas não apenas ao aumento da produtividade, mas também à segurança alimentar, à geração de renda e ao desenvolvimento sustentável, com atenção à inclusão de mulheres e jovens.

No campo específico da cooperação em saúde, a Fiocruz firmou, em fevereiro de 2026, em Angola, um projeto voltado ao fortalecimento da vigilância e da resposta à mortalidade materna, infantil e fetal. Desenvolvido em parceria com os ministérios da Saúde do Brasil e de Angola, a ABC e o Fundo de População das Nações Unidas (FUNFPA), o projeto prevê ações de capacitação técnica, melhoria da qualidade da informação em saúde, fortalecimento da governança e apoio à tomada de decisão baseada em evidências. Trata-se de uma iniciativa que integra um conjunto mais amplo de projetos estruturantes da Fiocruz no país africano.

Adicionalmente, a Fiocruz iniciou tratativas com a representação da Opas/OMS na Venezuela para a celebração de um acordo de cooperação técnica e científica, com foco no apoio à reconstrução do Sistema Público Nacional de Saúde venezuelano, envolvendo instituições científicas e autoridades governamentais locais.

No período entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, as ações de cooperação internacional do Brasil evidenciaram uma agenda diversificada e articulada, combinando missões técnicas,

projetos de desenvolvimento sustentável, cooperação em saúde e coordenação com parceiros históricos e países do Sul Global.

Essa atuação reflete o compromisso do Brasil com a promoção do desenvolvimento internacional como dimensão estratégica de sua política externa. Para dar transparência a esse conjunto de iniciativas, a ABC mantém o Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, plataforma digital lançada em janeiro de 2026, que já registra elevado interesse público e institucional, reforçando o papel da cooperação como política de Estado.